

BRASILIANAS

POR
WILLIAM FRANÇA

DIVULGAÇÃO/DETRAN-DF



No início da semana, o Detran-DF fez a troca da velocidade na via

Detran-DF justifica motivos de reduzir a velocidade na Via JK

A mudança da velocidade máxima na Via JK para 60 km/h, em vigor desde a semana passada (13 de julho), foi definida pelo Departamento de Trânsito do DF após análise técnica que avaliou o comportamento do tráfego e o histórico de sinistros fatais por atropelamento no corredor. O diretor-geral do órgão, Marcu Bellini, disse a “Brasilianas” que a reclassificação da via como arterial responde ao padrão de ocupação do entorno e ao fato de que, nos horários de maior fluxo, o trecho já opera com velocidades inferiores a 80 km/h. O fluxo diário na via é estimado de 60 mil a 80 mil veículos. Dados preliminares mostram três mortes em 2025 e (por enquanto) nenhuma entre janeiro e maio de 2026 (dados ainda sujeitos à consolidação).

A análise indica que a adequação do limite para 60 km/h tem impacto mínimo no tempo de deslocamento ao longo dos 2,4 km da ligação entre a DF-004 e a Ponte JK. O Detran-DF anuncia ainda que serão feitas novas intervenções de segurança na pista, como travessias semaforizadas, faixas de pedestres e bolsões de motos. “A redução da velocidade integra o projeto de requalificação de toda a via, que será executado nas próximas semanas e busca reduzir o risco de novos atropelamentos no trecho”, disse Bellini.

MP vê avanços com a redução da velocidade

O Ministério Público do DF divulgou nota da Rede Urbanidade - iniciativa criada para promover o transporte coletivo e a mobilidade sustentável, que reúne o MP, órgãos do governo e a sociedade civil para melhorar o trânsito e o planejamento urbano - em apoio à redução da velocidade máxima na Via JK para 60 km/h. A manifestação afirma que a medida fortalece políticas de mobilidade que priorizam a preservação da vida e viabiliza intervenções voltadas à proteção de pedestres e ciclistas. O coletivo destaca que a adequação de limites de velocidade é apontada por estudos como uma das ações mais eficazes para reduzir a gravidade dos sinistros de trânsito e cita alinhamento ao Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, ao Sistema Seguro e à Visão Zero. A Rede Urbanidade relaciona ainda a mudança à Ação Civil Pública que busca intervenções no Eixo Rodoviário (Eixão) e avalia que a experiência da JK pode estimular soluções semelhantes em outros pontos críticos do DF, desde que fundamentadas em critérios técnicos e diálogo com a sociedade.

Janine: quatro anos no comando do Lide Mulher

À frente do Lide Mulher Brasília há quatro anos, a empresária Janine Brito celebra uma trajetória marcada pela ampliação de ações voltadas ao empreendedorismo feminino e ao fortalecimento de redes de liderança. Durante sua gestão, a entidade intensificou encontros estratégicos, debates e eventos que aproximam empresárias, executivas e profissionais de diferentes setores, estimulando a troca de conhecimento e a geração de oportunidades de negócios. CEO da Pinheiro Ferragens e do Grupo Pinheiro de Brito, Janine tem defendido maior presença feminina em ambientes historicamente ocupados por homens, argumentando que a diversidade na liderança contribui para empresas mais inovadoras e competitivas. Para ela, o período à frente da entidade simboliza a construção de uma rede de apoio que impulsiona mulheres a empreender e ocupar posições estratégicas. Ao completar quatro anos de gestão, Janine reafirma o compromisso do Lide Mulher Brasília em promover debates sobre inovação, gestão e desenvolvimento econômico, fortalecendo lideranças femininas no Distrito Federal.

DIVULGAÇÃO/SUDECO



Mansão no Park Way é ligada ao deputado distrital Wellington Luiz (MDB)

Justiça declarou nula a licitação do Reservatório Catetinho, no DF

Decisão proibiu a Caesb de promover a licitação, a concessão ou a venda

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) conseguiu a decisão da Justiça que declarou nula a licitação do imóvel Reservatório Catetinho, localizado no Park Way (DF).

A sentença, proferida pela 4ª Vara da Fazenda Pública do DF, também proibiu a Caesb de promover a alienação, concessão ou venda da área enquanto ela permanecer destinada ao serviço público essencial de saneamento.

A ação foi movida contra a Caesb, a Terracap, o Distrito Federal e Kilze Beatriz Montes Silva, esposa do presidente da Câmara Legislativa do DF (CLDF), deputado distrital Wellington Luiz (MDB-DF).

De acordo com o processo, a licitação previa a concessão de uso do terreno, onde está localizada a residência do parlamentar e de sua esposa.

Para o MPDFT, a inclusão do imóvel no Edital nº 8/2025 da Terracap ocorreu com desvio de finalidade, pois buscava regularizar a permanência dos ocupantes após decisões favoráveis à retomada da posse pela companhia.

A controvérsia começou depois que a Caesb obteve, em 2024, decisões favoráveis em todas as instâncias para recuperar o imóvel.

A companhia contestou a

ação de usucapião apresentada pelos ocupantes e a Justiça reconheceu que a área, que é destinada ao saneamento básico e situada em região de proteção ambiental, não poderia ser transferida a particulares, determinando a re-integração de posse.

Depois disso, a estatal concordou com a inclusão do terreno em procedimento licitatório para concessão de uso.

Na avaliação do Ministério Público, a mudança de posicionamento contrariava a finalidade pública do imóvel e buscava contornar a determinação de desocupação.

No mês de dezembro do último ano, a Justiça já havia suspenso a concessão de uso prevista no edital após pedido de tutela de urgência apresentado pelas Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep) e de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb).

O magistrado apontou indícios de desvio de finalidade e considerou contraditória a mudança de postura da Caesb. Ainda em 2025, o MPDFT recomendou que a companhia anulasse os atos administrativos relacionados ao imóvel e adotasse providências para retomar sua posse, entendimento confirmado agora pela sentença.

DIVULGAÇÃO



Eduardo Moscovis, Mateus Solano e Alessandra Negrini no palco

Três monólogos chegam a Brasília em agosto

Brasília receberá em agosto três monólogos estrelados por nomes de destaque da dramaturgia nacional, dentro do Circuito de Teatro Brasileiro, realizado pela DECA Produções.

A programação começa nos dias 15 e 16, no Teatro Unip, com Eduardo Moscovis em O Motociclista no Globo da Morte, espetáculo premiado que aborda a violência cotidiana em uma encenação minimalista.

Na semana seguinte, 22 e 23, Mateus Solano estreia no gênero com O Figurante, comédia dramática dirigida por Miguel Thiré que acompanha um ator coadjuvante em crise sobre seu papel na vida.

Fechando a temporada, Alessandra Negrini apresenta A Árvore entre 27 e 30, também no Teatro Unip, interpretando uma mulher que inicia uma jornada de transformação após um encontro inesperado com uma planta, em texto de Silvia Gomez e direção de Ester Laccava.

Os ingressos já estão à venda a partir de R\$ 25.